

Observatório da Oposição

1º DE JULHO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 56



**Aumento descontrolado
de gastos implode as contas
públicas do país**

**MARCOS
ROGÉRIO**
SENADOR

SENADOR MARCOS ROGÉRIO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

**EVAIR
DE MELO**

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

PRIORIDADES DA SEMANA

1

ECONOMIA

2

JUSTIÇA E CIDADANIA

3

AGRO

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Go-verno Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



ECONOMIA

Aumento descontrolado de gastos implode as contas públicas do país

Resultado do Tesouro Nacional no mês de maio escancarou a falência da estratégia de ajuste do governo: déficit de quase R\$ 61 bilhões; apesar do grave quadro, Lula adota 'negacionismo fiscal'

- O Resultado do Tesouro Nacional com as contas de maio escancarou a falência da estratégia de ajuste fiscal do governo. De acordo com o relatório, o resultado primário do governo chegou em quase R\$ 61 bilhões de déficit em maio, o maior da história, com exceção da pandemia.



Em maio de 2024 houve déficit primário de R\$ 61,0 bilhões, frente a déficit de R\$ 45,0 bilhões em maio de 2023 (valores nominais).

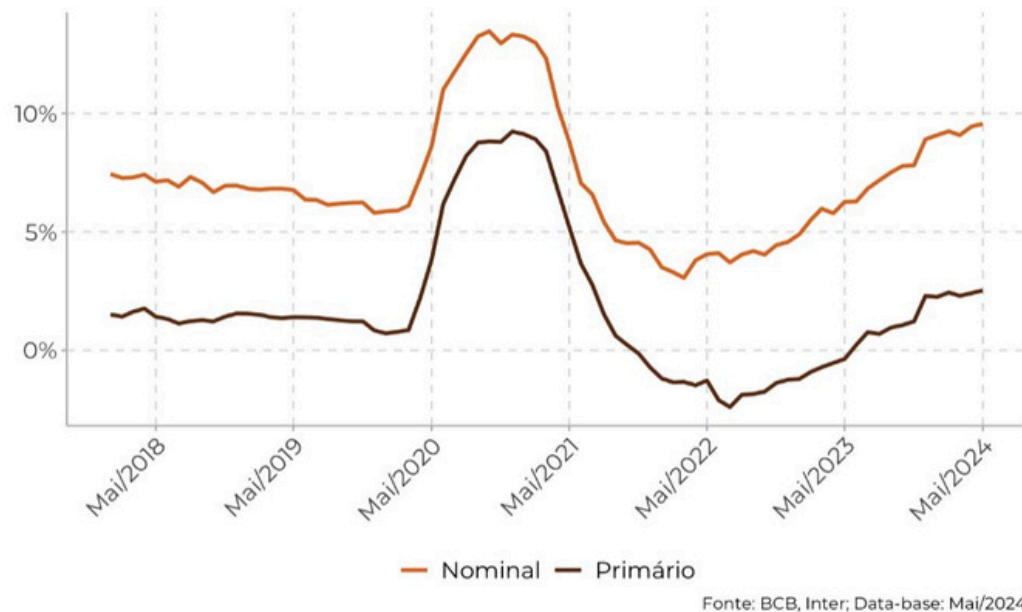
R\$ Milhões

Discriminação	Jan-Mai		Variação (2024/2023)		Maio		Variação (2024/2023)		
	2023	2024	% Nominal	% Real (IPCA)	2023	2024	% Nominal	% Real (IPCA)	
1. RECEITA TOTAL	977.737	1.105.136	13,0%	8,5%	186.432	209.907	12,6%	8,3%	
2. TRANSF POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	193.108	214.692	11,2%	6,8%	41.165	45.414	10,3%	6,2%	
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	784.629	890.443	13,5%	9,0%	145.267	164.493	13,2%	9,0%	
4. DESPESA TOTAL	782.795	920.442	17,6%	13,0%	190.281	225.476	18,5%	14,0%	
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4)	1.834	-29.998	-	-	-45.014	-60.983	35,5%	30,4%	
Tesouro Nacional	115.164	123.441	7,2%	2,7%	-10.308	-84	-99,2%	-99,2%	
Banco Central	-45	-117	157,2%	160,6%	-54	129	-	-	
Previdência Social (RGPS)	-113.284	-153.322	35,3%	29,9%	-34.652	-61.027	76,1%	69,5%	
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	0,0%	-0,6%	-	-	-5,0%	-6,3%	-	-	
Memorando:									
Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	115.119	123.324	7,1%	2,6%	-10.362	45	-	-	

- Em comparação com o ano passado, o resultado mostra uma piora significativa do cenário fiscal. Entre janeiro e maio, o déficit alcançou R\$ 30 bilhões. No acumulado em 12 meses, o país alcança um déficit de R\$ 268 bilhões em termos reais.
- A deterioração se deve ao aumento descontrolado de despesas, que subiram 14%. Nem mesmo um crescimento expressivo da arrecadação (quase 9%), aumentando a carga tributária do país, foi capaz de fazer frente a essa expansão de gastos.
- Notamos que o aumento das despesas acima do das receitas é absolutamente contrário às promessas feitas pelo Arcabouço Fiscal, que determina que as despesas só poderiam subir até 70% do crescimento da receita. Ainda assim, se vê uma receita correndo atrás da despesa, em claro distanciamento da regra proposta pela própria equipe econômica.
- Com isso, o déficit primário alcança 2,5% do PIB em 12 meses, enquanto o déficit nominal chega em 9,6% do PIB. A dívida pública, com o resultado, avança 3,1%, alcançando R\$ 6,91 trilhões.



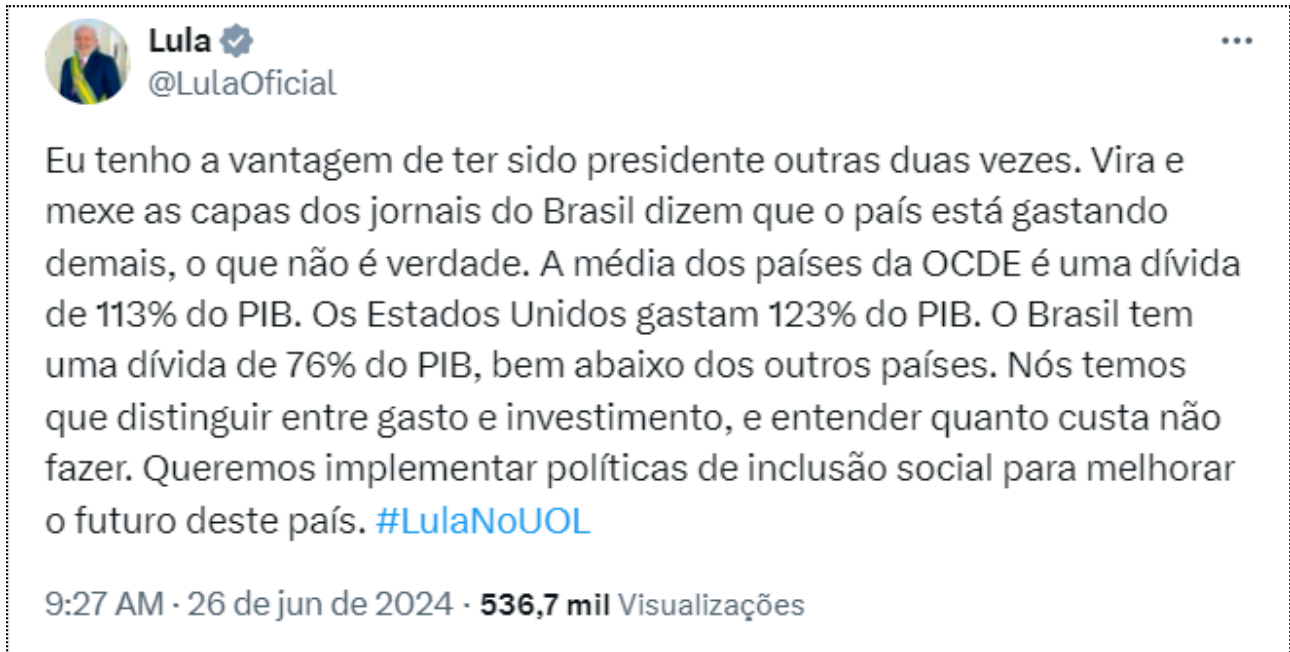
Déficit Primário e Nominal (% PIB)



Fonte: [Resultado do Tesouro Nacional](#).

- A realidade é que o governo aposta, desde o início do mandato, em uma agenda arrecadatória para o controle das contas públicas. Essa agenda chegou no seu limite e não entregou o resultado desejado pelo atual governo, como a oposição e diversos especialistas vinham apontando desde o início da discussão do Arcabouço Fiscal. Nesse debate, o corte de gastos foi jogado pelo governo para um segundo plano, sem que se observe nenhuma mudança concreta em políticas.
- Apesar do resultado negativo, o presidente mostrou um verdadeiro negacionismo fiscal com relação às contas públicas. Em entrevista recente ao portal UOL, Lula afirmou que: “Problema não é que tem que cortar. Problema é saber se precisa efetivamente cortar ou aumentar a arrecadação. Precisamos fazer esta discussão”.
- É importante esclarecer que os ajustes fiscais sustentáveis, no geral, contam com ambas as medidas. O presidente, no entanto, aposta somente no aumento de arrecadação.
- O sentimento de que a arrecadação resolveria o problema fiscal foi intensificado após o presidente ter sido “surpreendido” pelo volume de gastos tributários - que foram majoritariamente criados nos governos petistas. Caso fossem revertidos, os gastos tributários se tornariam mais um acréscimo de arrecadação.

- Lula também minimizou o volume da dívida pública no país, como mostrado abaixo:



Fonte: Lula, [no X](#).

- Na realidade, a dívida brasileira é muito superior à de outros países emergentes. [De acordo com o FMI](#), a dívida bruta do governo geral do Brasil é cerca de 15 p.p. acima da dívida de países de renda similar. Com isso, o presidente faz um verdadeiro desserviço ao minimizar a pressão da dívida sobre a economia brasileira, sobretudo com relação aos juros e à pressão fiscal.
- As falas do presidente, que foram no sentido de negar o corte de gastos e minimizar a dívida pública, repercutiram no mercado. Logo após a entrevista, o dólar alcançou R\$ 5,52 - sua máxima recente. No dia 28/06, o dólar já alcançava R\$ 5,58, em mais uma máxima.
- No dia 01/07, [novas falas do presidente](#) jogaram o dólar para R\$ 5,64. Com isso, a moeda subiu quase 18% em 12 meses frente ao real.



“Esse presidente, calado, é um poeta! 🙄

Acabamos de perceber que o maior inimigo da nossa economia é o nosso próprio presidente. E a cada vez que Lula abre a boca, gera turbulência no mercado financeiro, fuga de investidores, disparada do dólar...💸

Até quando Lula vai continuar sabotando o Brasil?”

[Senador Marcos Rogério \(PL-RO\), no Instagram.](#)

“A única previsão econômica que nunca falha no Brasil: o dólar sobe e a bolsa cai sempre que Lula concede entrevista”

[Senador Sergio Moro \(União-PR\), no Instagram.](#)



- A reação do presidente à subida do dólar não foi de pacificar o mercado e estabilizar o ruído gerado por ele mesmo. A resposta foi atacar a imprensa ao chamar os veículos que associaram suas falas à subida do dólar de [“cretinos”](#).
- O presidente parece indiferente aos efeitos de suas ações sobre a estabilidade econômica do país. O problema é que as contas públicas, de fato, mostram grave deterioração.
- A estimativa é de que o rombo fiscal [requeira um contingenciamento](#) entre R\$ 15 bilhões e R\$ 48 bilhões. A [Instituição Fiscal Independente do Senado \(IFI\)](#) estima um contingenciamento de R\$ 37 bilhões, resultando em um déficit de 0,5% do PIB (sem contar os gastos com a calamidade do RS). Rememora-se que a proposta original do Arcabouço Fiscal não trazia nem mesmo o contingenciamento como ferramenta para controle de gastos. Isso foi incluído na medida por pressão no Congresso.
- Talvez seja por isso que a experiência recente tenha mostrado que o governo prefere usar subterfúgios orçamentários para escapar do contingenciamento. Na última avaliação de despesas, o governo antecipou créditos e subestimou as despesas previdenciárias em R\$ 12,5 bilhões, [contrariando as notas técnicas da área previdenciária](#). Com isso, escapou do contingenciamento.
- No entanto, o resultado dessas manobras é o que se observa para o mês de maio: o de maior déficit da história.

Descumprindo mais uma promessa de campanha, Lula descarta isenção de impostos para carnes

‘Tem a carne que é consumida só por gente de padrão alto e tem a carne que o povo consome todo dia, como pé de frango, pescoço de frango’, afirmou o petista, sepultando compromisso que assumiu durante a corrida presidencial

- Uma promessa central do atual presidente na campanha de 2022 foi que os brasileiros teriam acesso à picanha e à cerveja. No Jornal Nacional, o presidente chegou a anunciar que:



“É a única razão pela qual eu quero voltar a ser presidente, é a de consertar esse país. Esse país tem que voltar a crescer, tem que voltar a ser feliz, tem que voltar a gerar emprego. Eu digo sempre: o povo tem que voltar a comer um churrasquinho, comer uma picanha e tomar uma cervejinha.”

- O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, seguiu o mesmo caminho em sua campanha. Na corrida pelo governo de São Paulo, o atual ministro [anunciou que isentaria as carnes do ICMS](#). Veja a fala do ministro durante a campanha:





“Nós vamos baixar o ICMS da carne só pra quanto? Pra zero. Porque se a carne tá cara, o que tem que fazer o governador? Baixa o imposto pra ficar um pouco mais barata. Porque se baixar 10, 12, 15% a carne, já de repente você sai do rosto pra carne de segunda, quem tá na carne de segunda vai pra carne de primeira, e quem sabe vocês me convidam pra um churrasquinho aqui.”

- Ironicamente, a medida aumentaria o gasto tributário, que o ministro tanto cita como vilão das contas públicas, ao mesmo tempo que contraria a proposta do PLP 68/24, que regulamenta a Reforma Tributária.
- No texto enviado pela Fazenda, as carnes estão na alíquota reduzida, mas não são isentas de CBS e IBS (os tributos que compõem o novo IVA). Além disso, a reforma não permite que os Estados reduzam suas parcelas dos impostos em bens específicos, como o ministro prometeu que faria em campanha.

“Além de comer pé de frango, vamos voltar ao tempo da vela e do candeeiro. Com o governo Lula, é só para trás!”

[Senador Flávio Bolsonaro \(PL-RJ\), no X.](#)



“E teve gente acreditando que ia comer picanha.”

[Senadora Damares Alves \(Republicanos-DF\), no X.](#)



- Em abril deste ano, [o presidente reiterou a promessa](#) da picanha. Ainda assim, anunciou recentemente, [em entrevista ao UOL](#), que:



Nós estamos discutindo várias coisas. Vamos discutir na Reforma Tributária quais os itens que a gente quer que não pague imposto e quais a gente quer. Na questão da carne, os empresários querem que você isente tudo. Acho que a gente tem que mediar. Tem a carne que é consumida só por gente de padrão alto e tem a carne que o povo consome todo dia – pé de frango, pescoço de frango, peito de frango. Pode fazer a separação. Não vamos taxar o frango, é o que o povo come todo dia”

- Com isso, o presidente assume que não pretende isentar as carnes vermelhas, como a picanha, na Reforma Tributária. Na verdade, o presidente está advogando para que bens substitutos, como o frango e a carne, tenham alíquotas diferentes, mexendo nos preços relativos e incentivando o consumo de frango.
- Além de isso contrariar um princípio da Reforma Tributária, o presidente volta atrás na sua promessa, que tinha fins puramente eleitorais.



Com ‘taxação das blusinhas’, população mais pobre é penalizada pela gastança sem limites do governo

Nova tributação sobre compras internacionais de até US\$ 50 foi incluída como ‘jabuti’ em programa de incentivo ao setor automotivo; na véspera, presidente chegou a afirmar que essa taxaçoão ‘seria injusta’

- No dia 27/06, o atual presidente sancionou a lei do Mover, um programa que concede benefícios fiscais ao setor automotivo. Em contradição com o discurso da Fazenda e do próprio presidente, a medida encabeçada pelo governo ampliará os gastos tributários.
- Dentro da lei, incluiu-se o ‘jabuti’ da taxaçoão de compras internacionais com valor abaixo de US\$ 50, conhecida como “taxaçoão das blusinhas”. A medida prevê um acréscimo de 20% sobre as compras internacionais que tenham até esse valor. Além desse tributo, o ICMS incidirá sobre as compras e sobre o imposto de importação, [resultando em uma alíquota de cerca de 44,5%](#).

600%
~~DESCONTO~~
IMPOSTO



- [Em entrevista recente](#), o atual presidente chegou a afirmar que a medida era equivocada, pois tributa os mais pobres. Isso contrasta com as diversas manifestações do presidente contra essa tributação. [De acordo com o presidente](#), seria injusto taxar as compras internacionais dos pobres quando os ricos podem viajar ao exterior e comprar os produtos sem impostos. Sobre isso, o presidente concluiu afirmando:



[“Agora, quando chega a minha filha, a minha esposa, que vai comprar 50 dólares, eu vou taxar 50 dólares? Não é irracional? Não é uma coisa contraditória?”](#)

- A realidade é que o presidente poderia vetar apenas a taxaÇÃO das blusinhas, mantendo o projeto do Mover, caso quisesse. Apesar das críticas, a decisão foi de manter a taxaÇÃO, [em um verdadeiro jogo duplo sobre o assunto](#).
- **No mesmo dia da sanção da “taxaÇÃO das blusinhas”, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, [anunciou que o governo](#) “não aumentou a carga tributária” e que “não criou nenhum novo imposto”, em uma verdadeira notícia falsa.**
- Além da “taxaÇÃO das blusinhas”, o governo criou outros tributos, como os das offshores e dos fundos de renda fixa, a retomada da cobrança de tributos sobre combustíveis e um imposto transitório sobre a exportação de petróleo, para citar alguns exemplos.
- O objetivo é, no fim do dia, manter a estratégia arrecadatória do governo, que aumenta a carga tributária, mas mesmo assim não consegue reduzir o déficit do país e nem desonerar os mais pobres de impostos sobre o consumo.



JUSTIÇA E CIDADANIA

Lewandowski comemora descriminalização do porte da maconha, ignorando a vontade da maioria dos brasileiros

Ministro da Justiça diz que medida ajudará a reduzir superlotação em presídios; descriminalização é rechaçada por 67% dos brasileiros e pela maioria dos deputados e senadores

- Na última quarta-feira, 26 de junho, um dia após a Suprema Corte brasileira descriminalizar o porte de maconha para consumo pessoal, o ministro da Justiça e Segurança Pública e ex-ministro da mesma suprema corte, Ricardo Lewandowski, afirmou que vê tal decisão como “positiva de modo geral”.
- O STF (Supremo Tribunal Federal) também decidiu que o usuário poderá portar até 40 gramas de maconha ou até seis plantas fêmeas de cannabis sativa.



- Desta forma, a corte diferencia o usuário do traficante. Lewandowski, em tom de comemoração, acredita que a recente decisão também “irá contribuir para reduzir a superlotação do sistema prisional”, já que milhares de presos que foram condenados por tráfico no país serão contemplados após a decisão.
- Para Lewandowski, o STF “atuou estritamente dentro do seu papel”. Para o poder Legislativo, a decisão da suprema corte configura como “distorção no ordenamento jurídico” e “ativismo judicial”.
- O presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou, logo após a decisão do STF, que respeita, mas discorda do entendimento dos ministros da Suprema Corte sobre o assunto. Pacheco é autor de uma Proposta de Emenda Constitucional que criminaliza a posse e o porte de qualquer quantidade de droga.
- O Senado inclusive aprovou em abril deste ano, em dois turnos de votação, a PEC 45/2023 que insere no art. 5º da Constituição Federal a determinação de que é crime a posse ou porte de qualquer quantidade de droga ou entorpecente “sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar”. Foram 53 votos a favor e 9 contrários no primeiro turno e 52 a 9 no segundo turno ao longo de três sessões deliberativas.
- O próprio relator e presidente do Senado afirmou que “as drogas impactam a saúde pública, ao aumentarem o consumo e a dependência química, e a segurança pública, fortalecendo o tráfico e financiando o crime organizado”.
- O presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Arthur Lira (PP-AL), afirmou, logo após a decisão do STF, que não tinha opinião “porque não se opina a respeito de decisões judiciais”. “Ou você recorre, ou você legisla”. Após a decisão do STF, Lira voltou a defender a PEC 45, que criminaliza posse e porte de qualquer quantidade de droga, e criou uma Comissão Especial na Câmara que terá 40 sessões para debater a proposta.
- Esta mesma PEC já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Casa Baixa em junho deste ano, com um expressivo placar de 47 votos favoráveis e 17 contrários. O presidente da Câmara também afirmou que apesar de não existir “consenso na política para nada, a maioria dos deputados certamente são favoráveis ao texto da PEC 45”.

- Segundo pesquisa do Instituto Datafolha, realizada em março deste ano, 67% dos brasileiros são contra a descriminalização da maconha. Pelos placares observados ao longo da tramitação da PEC 45 dentro do Congresso, os representantes do povo também rechaçam a descriminalização da droga. Tudo leva a crer que a PEC 45 passará na Câmara e será promulgada ainda no segundo semestre de 2024.



O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) criticou a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal. Bolsonaro publicou em suas redes sociais que “a descriminalização das drogas, ainda que parcialmente, é uma flechada no peito das famílias brasileiras, que sofrem em decorrência dos males dessa matéria”, além de trazer “forte desmoralização ao trabalho das forças de segurança”.

O ex-presidente afirmou ainda que “não há exemplos no mundo onde a descriminalização das drogas tenha melhorado os índices sociais”. “Pelo contrário, tem sido observado o aumento do tráfico de drogas, aumentando o poder dos criminosos, bem como o aumento dos problemas de saúde, especialmente lesões cerebrais incapacitando os indivíduos”.

- A maioria dos parlamentares das duas casas já demonstraram, dentro do processo legislativo onde a matéria tem sido maturada, conforme está escrito na Constituição Federal, são contrários à descriminalização de qualquer droga.

O líder da Oposição no Senado Federal, senador Marcos Rogério (PL-RO), afirmou que “lamenta a decisão da suprema corte e que os reflexos serão muito negativos para a sociedade, por conta do aumento do consumo de drogas e consequentemente aumento da violência pelo país”.

O líder da Oposição ressaltou que “o Senado já fez a sua parte, agora cabe à Câmara dos Deputados concluir e devolver a tranquilidade às famílias brasileiras”. Marcos Rogério encerra sua fala a respeito da decisão do STF dizendo que foi um “claro desrespeito ao Parlamento e ao sistema de freios e contrapesos”.



O senador Magno Malta (PL-ES) disse que está “profundamente indignado” e que também lamenta o STF ignorar os “potenciais impactos na segurança pública e nas famílias”. Malta afirma que a decisão do STF “é inconstitucional e ultrapassa os limites do Supremo e desrespeita o legislativo”. Segundo o senador, “a descriminalização fortalece organizações criminosas e causa danos irreparáveis ao país”.



O senador Eduardo Girão (Novo-CE), chamou a decisão da corte suprema de “desaforo contra os brasileiros” e cobrou uma reação do Congresso Nacional. Segundo Girão, “o STF protagoniza mais um flagrante ativismo judicial”. “Se tem um assunto que o parlamento brasileiro nunca se esquivou de debater e votar, foi sobre a política nacional sobre drogas”, disse o senador cearense. Girão acredita nos esforços legislativos sobre a matéria nas próximas semanas. “A PEC 45 introduz na Constituição aquilo que está consolidado em duas Leis sobre Drogas, que é a tolerância zero para o tráfico e inibição para o consumo que é a vontade de mais de 80% da população brasileira, que não quer a legalização de nenhum entorpecente e com razão, pois trata-se de uma tragédia sem precedentes para a população brasileira”, afirmou Girão.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) também se pronunciou sobre a decisão da suprema corte. “A descriminalização do porte de maconha é um retrocesso na luta contra o tráfico, só fortalece o crime organizado e coloca mais vidas em risco. Descriminalizar até 40g da droga abre brechas perigosas. Com essa quantidade, pequenos traficantes vão se fantasiar de usuários e o crime vai ter a oportunidade de criar uma rede de varejo com tamanho sem precedentes. O Brasil deu um passo gigante para a barbárie”.



A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) também cobrou celeridade na votação da PEC e destacou que o STF poderia ter esperado a decisão do legislativo. “O STF mais uma vez tensiona com o Congresso Nacional e usurpa do Parlamento a função legislativa. Temas tão sensíveis como a liberação das drogas jamais deveria ser decidido por quem não é representante eleito pelo povo. Espero que nossa outra casa legislativa dê a resposta que precisamos e acelere a tramitação dessa PEC”.



- Segundo especialistas em saúde pública e segurança pública, a descriminalização da maconha deve gerar um agravamento em ambos os setores, que já estão em estado crítico em todo o país. Segundo o Coronel Alessandro Visacro, especialista em defesa e segurança pública, a descriminalização da maconha gerará uma alta no consumo e comercialização das drogas em geral. “O tráfico de drogas e as organizações criminosas saem fortalecidas após essa decisão”, afirma Visacro.
- Luísa Ferreira, professora da Fundação Getúlio Vargas e pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena, avalia que o sentimento de insegurança ajuda a explicar o aumento da oposição à descriminalização da maconha, bem como a rejeição a qualquer ideia de impunidade. “O tema das drogas gera um sentimento forte na opinião pública em razão do momento que a gente vive, de alta criminalidade no Brasil. Isso é inegável e independe de posição política. Acredito que a sensação de que a descriminalização seria uma forma de leniência em relação aos traficantes e ao crime organizado tenha impacto nessas respostas”, afirmou Ferreira.
- O Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgou nota pública, antes da matéria ser julgada pelo STF, na qual reafirmaram posicionamento contrário à descriminalização da maconha no país. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também se posicionou sobre a pauta, demonstrando que são contrários à descriminalização de qualquer tipo de droga.
- O médico psiquiatra e presidente da Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, Dr. Ronaldo Laranjeira, afirma que mesmo o uso recreativo de drogas pode causar dependência química, trazendo danos irreversíveis à saúde.

- Além disso, o consumo dessas substâncias pode afetar os relacionamentos interpessoais, o desempenho acadêmico e profissional. Laranjeira também faz uma projeção para o Brasil baseado na experiência norte-americana após políticas de descriminalização do uso recreativo da maconha, e afirma que o número de usuários diários de maconha ultrapassou o número de pessoas que ingerem bebidas alcoólicas todos os dias.
- Do ponto de vista de saúde pública, segundo Laranjeira, esse aumento pode ser trágico em razão dos danos causados pelo consumo da maconha, como esquizofrenia, depressão, propensão ao suicídio e ansiedade. Países como Holanda e Dinamarca, precursores nas políticas de uso recreativo dessas substâncias, começaram a rever essas medidas mais tolerantes.
- Outro exemplo é o Oregon, primeiro estado americano a liberar o uso recreativo de todas as drogas no país em novembro de 2020. Em fevereiro deste ano, o governo do estado resolveu reverter a decisão, justamente por conta do crescimento do consumo e da criminalidade. Vale observar que a realidade da saúde e da segurança pública em todos os países supracitados é muito melhor do que a realidade enfrentada em todo o Brasil.
- Jurista e responsável pelo Centro de Pesquisa em Segurança (Cepedes), Fabrício Rebelo afirma que descriminalizar o porte prejudica o combate ao tráfico. “O crescimento do consumo e do tráfico das drogas, incluindo outras drogas que não tenham sido liberadas, ampliará a circulação criminosa de drogas e as atividades ilegais periféricas relacionadas ao tráfico.



3 AGRO

Atraso na liberação do Plano Safra põe em risco atividades agrícolas no Brasil

Cerca de 70% dos produtores do país dependem do financiamento público para iniciar suas atividades; falta de clareza sobre novas diretrizes contribui para a apreensão no setor

- O governo federal está sob intensa pressão e críticas por conta do atraso no lançamento do Plano Safra 2024/2025, crucial para a sustentação do setor agropecuário brasileiro. Com o anúncio adiado para 3 de julho, produtores e instituições financeiras expressam preocupação com os impactos negativos dessa demora na preparação e execução das atividades agrícolas.
- A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) alertou para os riscos de atrasos na liberação dos recursos, já que **mudanças nas regras de financiamento, consideradas prováveis, podem dificultar a adequação rápida dos agentes financeiros**. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) também destacou que a demora na aprovação do orçamento já gerou dificuldades, impactando negativamente a capacidade dos produtores de acessar crédito a tempo.



- Esse cenário é agravado pela disparada nos custos de produção, especialmente de insumos como fertilizantes, que, atrelados ao dólar, registraram aumentos superiores a 200%. **Pequenos produtores, que representam 70% do total no país, são os mais vulneráveis, dependentes do financiamento público para iniciar suas atividades.** Sem uma definição clara e tempestiva do Plano Safra, muitos enfrentam incertezas que podem comprometer a safra e afetar o abastecimento e os preços dos alimentos para o consumidor final.
- Através de explicação frívola para o atraso, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, justificou haver necessidade de preparar uma "cerimônia bonita" para o anúncio. Explicação que foi recebida com ceticismo e críticas por parlamentares e entidades do setor. A Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) classificou a situação como uma demonstração de desorganização e ineficiência do governo federal.



NOTA OFICIAL

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) lamenta profundamente o adiamento do Plano Safra 2024/25, numa total demonstração de desorganização e ineficiência do governo federal.

Importante ressaltar que os produtores rurais ficarão descobertos durante a primeira semana de vigência do plano, ou seja, todos os problemas que estiverem na proposta inicial ainda precisarão ser corrigidos, o que leva mais tempo ainda para a chegada do crédito real aos produtores.

Uma sinalização preocupante do governo federal diante da crise enfrentada pelo setor.

Entendemos que o momento é urgente e exige isonomia governamental para que possamos enfrentar os desafios de continuar contribuindo com grande parte do PIB brasileiro, da geração de emprego e renda, além do alimento de qualidade e sem inflação na mesa do brasileiro.

Frente Parlamentar da Agropecuária

Fonte: [FPA](#).

- Além do atraso, a falta de clareza sobre as novas diretrizes do Plano Safra contribui para a apreensão. **Negociações com a equipe econômica continuam, mas ainda há pendências significativas, como a definição de uma linha dolarizada para financiar produtores, com apoio do BNDES, e ajustes nas taxas de juros, que são esperadas para acompanhar a redução da Selic.**
- A intenção do governo de baratear as linhas de crédito e de implementar medidas sustentáveis também enfrenta desafios. Apesar de avanços pontuais no incentivo a práticas sustentáveis, a abrangência dessas iniciativas é limitada, o que pode frustrar as expectativas de uma coloração mais “verde” do Plano Safra.
- O governo Lula, que vinha tentando se aproximar do setor agropecuário, agora enfrenta outro desgaste significativo. Medidas como a autorização para importação de arroz e a controversa "MP do Fim do Mundo" já haviam gerado atritos com os produtores, e o atraso no Plano Safra adiciona mais tensão a essa relação.
- Se de fato o governo conseguir cumprir com o lançamento do plano adiado para 3 de julho, restará saber se o governo conseguirá resolver as pendências e apresentar uma política de financiamento que atenda às necessidades urgentes do setor. A falta de clareza e os atrasos até agora, no entanto, já causaram danos à confiança e aumentaram a incerteza para milhares de produtores em todo o Brasil.



“Mais um desacerto do governo Lula 3: o Plano Safra 2024-25, que ia ser lançado amanhã, foi adiado para julho! Isso significa que os recursos para financiar a agropecuária, ainda não disponíveis, chegarão tarde à rede bancária, causando insegurança e transtornos para todo o campo. Há décadas não temos atrasos no Plano Safra! É muita ineficiência e isso prejudicará pequenos, médios e grandes produtores.”

[Sen. Tereza Cristina \(PP-MS\), no X.](#)

“Pela primeira vez em décadas temos um atraso no Plano Safra que deveria ser lançado amanhã. A notícia é grave e significa que o Governo ainda não bateu o martelo sobre os recursos para financiar a agropecuária do país. Um prejuízo aos pequenos e médios produtores e à economia.”

[Senador Jaime Bagattoli, no X.](#)

